



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VINHAIS

MUNICÍPIO DE VINHAIS

Acta da Sessão Ordinária realizada em 2009/12/23

Aos vinte e três dias do mês de Dezembro, do ano de dois mil e nove, nesta Vila de Vinhais, no Auditório da Casa do Povo, às catorze horas, e quarenta e cinco minutos foi declarada aberta a primeira sessão ordinária da Assembleia Municipal, cuja Mesa foi constituída da forma seguinte: -----

PRESIDENTE: Eurico Fernandes Gonçalves; -----

1.º SECRETÁRIO: Eduardo Manuel Martins Rodrigues; -----

2.º SECRETÁRIO: Helena Margarida Beato dos Santos Afonso. -----

Apresentaram justificação de falta os membros Senhores, Eduardo Vicente Roxo, Rúben Ramiro Carvalho Gomes de Almeida e Octávio Manuel Gonçalves Ferro pelo que a falta foi considerada justificada. -----

Verificada que foi a existência de quorum, procedeu-se ao início da sessão, cuja ordem de trabalhos era do teor seguinte: -----

1 - Período de Antes da Ordem do Dia. -----

2 - Ordem do Dia. -----

2.1 - Leitura resumida do expediente; -----

2.2 - Informação escrita do Sr. Presidente da Câmara acerca da actividade Municipal;

2.3 - Período de intervenções; -----

2.4 - Taxa Municipal de Direito de Passagem; -----

2.5 – Lei das Finanças Locais – Art.º 20.º - Participação variável no IRS; -----

2.6 – Eleição dos representantes da Assembleia Municipal para a Assembleia Intermunicipal da CIM-TM; -----

2.7 – Eleição de um representante dos Presidentes de Junta para a Assembleia Distrital; -----

2.8 – Orçamento e Plano Plurianual de Investimentos e Mapa de Pessoal para o ano de dois mil e dez. -----

3 - Período reservado ao Público. -----

1 - PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA. -----

O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia começou por cumprimentar todos os presentes, informando de seguida que, por motivos de doença, o Senhor Primeiro Secretário, Eduardo Roxo iria faltar a esta sessão, e convidou a Senhora Deputada Helena Margarida Beato dos Santos Afonso para integrar a Mesa. -----

Deu conhecimento que alguns membros tinham apresentado pedidos de renúncia e suspensão de mandato, pelo que a sua substituição já se tinha verificado. -----

Antes de iniciar a Ordem de Trabalhos, informou ainda que tinha recebido cópia do relatório definitivo da IGAL, relativamente à inspecção que o município tinha sido alvo, estando à disposição de quem o entender consultar. -----

Declarado aberto o período de Antes da Ordem do Dia, informou que, neste período não devem ser apresentadas Moções, as intervenções neste período devem ser objecto de discussão e não de votação. -----

Neste período começou por intervir o Senhor Deputado Humberto José Sobrinho Alves que, no uso da palavra, referiu que a sua primeira intervenção neste fórum se deve a uma notícia do Jornal Nordeste, de seis de Outubro de dois mil e nove, onde vem publicada uma entrevista do Senhor Presidente da Câmara do Concelho de Vinhais. -----

Referiu que nesta notícia o Senhor Presidente do Município o atinge na sua dignidade e personalidade, não se cansa de emitir juízos de valor sobre si, dando uma péssima imagem, daquilo que já lhe conhecem, arrogância, autoridade e dono da verdade. -----

Continuou referindo que não admite considerações a seu respeito, porque as atitudes que tomou não carecem do prévio consentimento do Presidente do Município, porque é livre, porque não está hipotecado a ninguém, nem é comparável a ninguém, regendo-se pela sua vontade. Pretende com isto, que fique bem vincado, porque foi comparado com o Senhor Major Valentim Loureiro. Frisou que não se compara em nada com o Senhor Major Valentim Loureiro, e que talvez em alguns aspectos o Senhor Presidente do Município seja comparável, por razões que se escusa de divulgar. -----

Concluiu que, isto é quanto o que tinha que dizer, na sua primeira intervenção neste fórum ao Senhor Presidente do Município de Vinhais. -----

Quanto à parte em que se refere à caça, referiu que, infelizmente o Município de Vinhais privou os caçadores da freguesia de Celas de caçarem, durante a época venatória de dois mil e oito e dois mil e nove, e continuaram a caçar, na época de dois mil e nove dois mil e dez, porque entretanto, a sua pessoa fez o necessário para que isso acontecesse. -----

Finalizou a sua intervenção, dizendo ao Senhor Presidente do Município de Vinhais que, sobre Leis de caça não pode dar lições, porque o Senhor Presidente sobre Leis de caça, quase que é analfabeto. -----

Solicitou a palavra o Senhor Deputado Manuel Dinis Lousada, cumprimentando e desejando umas boas festas a todos os presentes. -----

Pedi que fossem respeitadas as diferenças de opinião na discussão da Assembleia. -----

Começou por colocar algumas questões que considerou pertinentes. Solicitou ao Senhor Presidente da Mesa da Assembleia o favor de na próxima sessão da Assembleia enviar o regulamento da Assembleia, que talvez por lapso nesta reunião não enviou, uma vez que não fez parte do mandato que terminou. -----

Referiu ainda, num segundo ponto, que a Ordem de Trabalhos deveria ser alterada, porque a considera desajustada em relação à Lei de competências do regime jurídico de funcionamento. -----

Passou a citar o artigo oitenta e seis “em cada sessão ordinária dos órgãos autárquicos há um período antes da Ordem do Dia com a duração máxima de sessenta minutos para tratamento de assuntos gerais e interesse para a autarquia.” -----

Disto, referiu que a Ordem de Trabalhos deverá ter um ponto prévio, onde deve constar a leitura da acta anterior, o período reservado ao público e a leitura do expediente. -----

Considerou a hipótese de eventualmente estar enganado, considerando que o artigo é bem claro relativamente a esta situação. -----

O Senhor Presidente da Assembleia antes de conceder a palavra ao Senhor Presidente da Câmara, esclareceu que este regimento, é um regimento que vem da legislatura anterior, e que nessa mesma legislatura houve uma comissão para o alterar não tendo chegado a conclusões. -----

Referiu que, este assunto não está esquecido, sendo objecto de uma definição a breve prazo, sendo certo que na próxima reunião irão ser trazidos estes assuntos devidamente acautelados. Quanto à sequência da Ordem de Trabalhos, referiu não ver nenhum conflito, mas se existir de facto um conflito com a Lei, estarão disponíveis para corrigir. -----

Terminou agradecendo os reparos do Senhor Deputado Manuel Dinis Lousada. -----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, tomou a palavra para proceder ao direito de resposta, começando por dirigir a palavra ao Senhor Deputado Humberto José Sobrinho Alves, referindo que após doze anos de interregno o Senhor Deputado regressou no seu melhor. Confessou que, tinha alguma esperança que, a sua primeira intervenção nesta casa, fosse uma intervenção à altura daquilo que foi o juramento, quando tomou posse, e que cumpriria com lealdade as funções que lhe eram confiadas, funções essas, que se prendem com aquilo que tem interesse para o concelho, e fiscalizar a actividade da Câmara Municipal, sendo que o Senhor Deputado no seu melhor estilo, fez exactamente aquilo, que toda a vida fez. Na sua primeira intervenção pegou no jornal e referiu que o Senhor Presidente da Câmara, na altura candidato, sendo esta a forma correcta como se devia ter pronunciado. -----

Passou a explicar que, o Senhor Jornalista o tinha questionado sobre a forma como interpretou os factos, de o Senhor Deputado Humberto José Sobrinho Alves ter regressado novamente à política. Sobre esta questão referiu que, se limitou a dizer que era candidato a

Presidente da Assembleia Municipal, Presidente da Junta de Freguesia de Celas, e até Presidente de uma Zona de Caça Associativa e que não ganharia nenhuma dessas eleições. - Referiu que, se estivesse no lugar do Senhor Deputado Humberto José Sobrinho Alves, não teria tocado nesse assunto, porque de facto perdeu todas as eleições. Apesar disso, aproveitou para dizer bem ao seu estilo, que o Presidente da Câmara foi arrogante, autoritário e dono da verdade. -----

Conclui sobre esta questão que, estes adjectivos alguém os tinha há já alguns anos atrás, mas que terminaram no dia doze de Dezembro de mil novecentos e noventa e três, às dezanove horas da tarde, quando uma equipe liderada por outra gente ganhou as eleições. Foi nesta data que terminaram estes adjectivos que o Senhor Deputado Humberto José Sobrinho Alves durante anos utilizava no concelho de Vinhais. -----

Quanto à questão da Zona de Caça, referiu não admitir que, o senhor deputado acuse a Câmara de ter impossibilitado os caçadores de caçar na freguesia de Celas. Considerou este assunto mais sério. A pedido da Junta de Freguesia de Celas, que é quem representa a Freguesia, a Câmara fez um protocolo com a população através da Junta de Freguesia, para serem geridas em conjunto as duas reservas de caça, entendeu-se que, uma das formas, seria injectar meios económicos suficientes para que, aquela zona de caça tivesse mais sucesso. -----

Referiu que o Senhor Deputado e mais alguém, se encarregaram de destruir aquilo que a Câmara e a Junta tinham feito, dizendo que o Senhor Presidente da Junta também tinha uma palavra a dizer a este respeito. -----

Por fim disse que, fez aquilo que entenderam ser o melhor, para o concelho e para a Freguesia de Celas, por solicitação da Junta de Freguesia, e não pretendia dar lições sobre nada, muito menos sobre caça, porque para dar lições, tem de haver do outro lado pessoas com capacidade para aprender. -----

O Senhor Deputado Carlos Abel Frias Almendra Vieira solicitou a palavra começando por cumprimentar todos os presentes, e num tom natalício desejou ao Senhor Presidente, à Mesa, aos Senhores Vereadores, Senhores Deputados e público, um Excelente Natal e um Ano Novo que valha a pena ser vivido. -----

Considerou que o tom que está a ser enveredado parece não ser um tom muito conciliatório e muito correcto, nem próprio desta época. -----

Referiu que, apenas deseja que o novo ano traga um Vinhais, já não no fundo da tabela, dos Concelhos menos desenvolvidos do país, que haja bom astral, um pouco por todo o país e no concelho de Vinhais, que é isso que o concelho precisa, em vez de se discutir questões de picardias. -----

Concluiu que este tipo de comportamentos deve ser atalhado, porque não parece correcto estar neste espaço a tentar avaliar qual foi melhor presidente, e qual foi o mais arrogante. --- Não é este, a seu ver, o espírito que deve animar a Assembleia, porque foram eleitos para serem um fórum de discussão sobre os assuntos de Vinhais, sendo isto aquilo que devem fazer. -----

Antes de terminar referiu que deve ser mantido o diálogo onde ele deve ser mantido e discutir aquilo que verdadeiramente interessa evitando picardias. Rectificou o Senhor Presidente da Câmara na questão da limitação, uma vez que regimento não o permite fazer. Terminou desejando mais uma vez um excelente Natal. -----

O Senhor Deputado Humberto José Sobrinho Alves solicitou a palavra, para responder à intervenção do Senhor Presidente, alegando que está a envelhecer activamente, e não da forma como o Senhor Presidente quer que envelheça. Referiu saber os anos que tem, e que ainda caminha bem, por essa razão não precisa que o Senhor Presidente venha dizer que tem setenta e seis anos. -----

Uma vez que o seu companheiro de bancada lhe deu um aviso, anunciou que não iria acrescentar muito mais, apenas esclarecer que sobre a questão da caça nada é como o Senhor Presidente disse. -----

O Senhor Deputado Manuel Dinis Lousada solicitou mais uma vez a palavra, para pedir ao Senhor Presidente da Mesa que, fizesse uma lista da correspondência recebida, e aquando do envio da ordem de trabalhos, fosse também enviada uma cópia aos membros da Assembleia, para que desta maneira cada eleito pudesse consultar a correspondência na Câmara. -----

Antes de dar por terminado o Período Antes da Ordem do Dia, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia, tomou a palavra referindo que, todas as intervenções são registadas, propondo uma medida mais ecológica, em que cada deputado deveria deixar o seu endereço

de e-mail para que esse registo pudesse ser enviado, de forma a evitar que sejam gastas milhares de fotocópias. -----

2 - ORDEM DO DIA. -----

2.1 - LEITURA RESUMIDA DO EXPEDIENTE. -----

Neste ponto, da Ordem de Trabalhos, tomou a palavra o Senhor Primeiro Secretário da Mesa, onde citou alguns títulos da correspondência que este órgão recebeu, destacando a comunicação de alterações de morada de alguns Senhores Deputados. -----

2.2 – INFORMAÇÃO ESCRITA DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA ACERCA DA ACTIVIDADE MUNICIPAL. -----

“Exmo. Senhor -----

Presidente da Assembleia Municipal -----

Senhores Secretários da Mesa -----

Senhores Vereadores Presentes -----

Senhoras e Senhores Presidente de Junta e demais Senhoras e Senhores Deputados municipais -----

Minhas Senhoras e Meus Senhores -----

Esta é a primeira reunião da Assembleia Municipal de Vinhais no presente mandato autárquico. -----

Impõe-se por isso que reafirme os votos de sucesso de bom trabalho no mandato que a todos foi conferido de forma a que esta Assembleia seja um fórum de verdadeiro estudo, debate e análise daquilo que são as suas atribuições legais. -----

Tal como também referi no acto da tomada de posse do executivo municipal, apesar de o partido vencedor ter aqui uma ampla base de sustentação, é importante para o próprio executivo, é importante para todo o concelho, que todos os elementos desta casa, independentemente do partido porque foram eleitos, participem activamente nos assuntos que aqui vão ser tratados. -----

Os tempos que estamos a atravessar não são fáceis. Não são fáceis para os Portugueses em geral e também não são fáceis para as Autarquias. -----

A crise económica internacional atinge-nos a todos e é exactamente em períodos difíceis como este que estamos a atravessar e que não sabemos quando dará sinais de chegar ao fim, que se impõe trabalho, dedicação e rigor na gestão dos dinheiros públicos. -----

Os elementos que constituem o executivo estão nomeados e em funções. Considero-os políticos bem formados, bem preparados, com capacidade e com determinação para cada um levar por diante as tarefas e pelouros que lhes foram distribuídos. -----

Em conjunto, tal como aconteceu no mandato anterior, a nossa dedicação e empenho será total. A nossa preocupação com a “coisa” pública estará sempre presente, e a nossa vontade em andarmos para a frente é uma evidência. -----

Na altura devida propusemos aos eleitores um programa e um conjunto de propostas. Programa e propostas que foram devidamente explicadas e que obtiveram um forte apoio popular e eleitoral. -----

Por isso mesmo e tal como é regra em democracia, quem governa são as maiorias, neste caso, ampla maioria absoluta e daí resulta inequivocamente claro que governaremos com o nosso programa e com as nossas propostas, porque foi assim que o povo decidiu. -----

Procuraremos não nos desviarmos um milímetro no caminho que está traçado e que se resume a 3 palavras: investimento, requalificação e qualidade de vida. -----

Até agora, no nosso concelho ainda não se fizeram sentir de forma bem visível os efeitos nefastos da crise económica. No entanto, temos consciência que já há pequenos sinais, temos consciência que há gente que não vive como todos gostaríamos que vivessem. No entanto, parece-nos que o caminho para enfrentar este tipo de situação é o caminho do investimento. Só o investimento cria riqueza, movimenta os dinheiros e gera emprego. É por isso mesmo que temos como primeira preocupação lançar as grandes obras estruturais que o concelho tanto carece e que não podem ser adiadas. Temos que andar e andar rápido.

Na vila e nas freguesias ainda há muito para fazer. Só assim se cria emprego, se continua o caminho da modernização, se requalifica o espaço, se dá qualidade de vida às pessoas. ----

Este é o caminho. É o caminho que vamos percorrer. Mas há ainda outro caminho, um caminho paralelo e pelo qual também alguns circulam. É preciso ir ao encontro desses caminhantes, caminhantes que ultimamente têm tido algumas dificuldades. -----

Estou a referir-me naturalmente a todos aqueles que são mais carenciados. -----

Uma sociedade só é verdadeiramente democrática e livre quando a preocupação e ajuda quer individual, quer institucional aos mais carenciados é uma preocupação constante. -----

Temos que olhar e ajudar quem precisa. Por isso mesmo também neste mandato, o social será um pilar importante nas opções governativas. Nesse sentido, estamos neste momento a alterar o regulamento de apoio habitacional de forma a torná-lo mais abrangente para que possamos ajudar quem precisa, não só na reabilitação habitacional, mas também em áreas como por exemplo a parte da saúde. -----

Os centros sociais designados por IPSS(s) continuarão a ter o apoio necessário e possível, ao mesmo tempo que, tentaremos alargar a rede destes serviços. -----

Também a execução das obras dos Lares de Moimenta e Rebordelo continuarão de forma a que estes dois equipamentos estejam ao serviço das populações o mais rapidamente possível, bem assim como a Unidade de Cuidados Continuados que aguarda financiamento para a parte do mobiliário para poder entrar em funcionamento. -----

Já agora a título meramente informativo, é de realçar que recentemente, já depois das últimas eleições, foi-nos comunicada a aprovação do funcionamento para o lar de idosos de Rebordelo, o que é uma excelente noticia. -----

Convém lembrar que, no mandato anterior, por mais que uma vez, afirmamos que as nossas grandes prioridades em termos de construção de infra-estruturas sociais de relevo seria o Lar de Moimenta, o Lar de Rebordelo e a Unidade de Cuidados Continuados. -----

Pois bem: foi um desafio e uma aposta que está ganha. O empenho, dedicação e fé que pusemos nesse projectos foi completamente reconhecida e as 3 obras foram financiadas pelo Estado. Estamos todos de parabéns. -----

Mas não podemos, nem vamos ficar por aqui. É preciso fazer mais e muito mais. -----

Para terminar uma palavra relativamente à situação financeira do município. Graças a uma gestão rigorosa, entrámos neste mandato com as contas suficientemente equilibradas, posicionados no topo dos municípios portugueses, continuando a ocupar um dos 10 primeiros lugares em termos de melhores pagadores. -----

Estamos assim em condições de, se necessário, recorrer ao crédito para financiamento de certas obras, uma vez que não temos qualquer limitação financeira, a não ser a que decorre da lei do endividamento -----

Neste momento: -----

- Dotações Orçamentais – €300.626,65 -----

- Dotações não orçamentais – €661.666,54 -----
Aproveito a ocasião para a todos e nossas famílias desejar um Santo Natal e que o ano de 2010 seja repleto de sucessos pessoais e profissionais.” -----

2.3 – PERÍODO DE INTERVENÇÕES. -----

Inscreveram-se para intervir os Senhores Deputados a seguir indicados: -----

- António Miguel Borges da Silva; -----

- Manuel Dinis Lousada. -----

O Senhor Deputado António Miguel Borges da Silva começou a sua intervenção cumprimentando todos os presentes, desejando um Santo Natal e Bom Ano Novo. Passou de seguida a felicitar o Senhor Presidente da Câmara pelas medidas que acabou de anunciar e também dar os parabéns pela mudança de pensamento em relação aos efeitos que a crise acarretou para o concelho de Vinhais. -----

Relembrou que há cerca de um ano, o PSD propôs em Comissão Permanente um projecto às famílias que teriam mais dificuldade com a crise, que foi completamente rejeitado, porque membros dessa comissão acharam que a crise não se fazia sentir no concelho de Vinhais. -----

Anunciou que o PSD iria voltar a apresentar um novo programa, esperando que desta vez, tal como foi dito pelo Senhor Presidente, se venha a verificar uma maior sensibilidade para este tema, uma vez que o Senhor Presidente reconheceu que a crise tem tido efeitos bastantes nefastos para o concelho. -----

O Senhor Deputado Manuel Dinis Lousada voltou, a solicitar o uso da palavra para se referir à notícia publicada no Jornal Nordeste Regional, cujo título era do teor seguinte: “Empresários acusam Câmara de concorrência desleal”. Questionou o Senhor Presidente, se não existiria diálogo com os agentes económicos, para definirem valores mais equilibrados, para a concorrência não ser tão desleal como aparentemente esta notícia faz querer. -----

Referiu-se a um outro assunto, relacionado com a Portaria n.º 1245/2009, de 13 de Outubro, alegando que com a sua entrada em vigor as taxas de acesso aos serviços do Parque, foram gravemente inflacionadas, e uma vez que esta área é fundamental para o município, não podiam ficar indiferentes, e por isso passou a apresentar a moção que a seguir se transcreve:

“ O Governo anterior fez publicar a Portaria n.º 1245/2009, de 13 de Outubro, que actualiza os montantes das taxas de acesso às Áreas Protegidas. -----

Esta Portaria vem criar uma “tabela de preços” absolutamente descabida e desajustada da realidade em que supostamente se deve inserir, nomeadamente penalizando as populações residentes. -----

Recentemente a Ministra do Ambiente e Ordenamento do Território suspendeu por três meses a aplicação desta Portaria. Esta suspensão nada garante que fiquem afastadas outras medidas de igual gravidade. -----

A Assembleia Municipal de Vinhais, reunida em 23 de Outubro de 2009 decide: -----

1. Exigir do Governo a sua revogação; -----
2. Exigir do Governo um Plano de Investimento para o Parque Natural de Montesinho que reconheça o valor estratégico desta área Protegida para a Região e para o País, contemplando designadamente acções nos domínios do Desenvolvimento Local e das actividades Sócio/culturais, em coordenação com todas as restantes acções ligadas a Conservação da Natureza. -----

Vinhais, 23 de Dezembro de 2009. O eleito da CDU, Manuel Dinis Lousada.”. -----

Terminada a intervenção escrita, proferir umas breves palavras, para dar dois exemplos. ----

Como primeiro exemplo, mencionou que, se um agricultor tiver um terreno afectado por um javali, corço ou veado, cultura, árvores, etc. e se pedir uma indemnização os serviços, obrigam a pagar logo duzentos euros, e pedem um estudo de correcção de densidade, quantos animais existem, e pedem um estudo aos serviços, que pode ir até aos mil euros. ---

Referiu um outro exemplo, em que um agricultor que, pretenda cortar lenha em zona P1, grau 1, tem que pedir autorização no valor de duzentos euros. O regulamento do plano de ordenamento define o modo de cortar lenha, embora hoje esteja mais facilitado. Terminou

referindo que no caso de esta Lei ser revogada, nunca existe um vazio porque se mantêm a anterior em vigor, apesar de não ser boa, sempre é melhor que esta. -----

O Senhor Presidente da Câmara tomou a palavra para dar resposta às questões que lhe foram colocadas, pelos Senhores Deputados António Miguel Borges da Silva e Manuel Dinis Lousada. -----

Ao Senhor Deputado Manuel Dinis Lousada e relativamente à questão da concorrência não ser tão desleal, como a noticia faz querer, referiu não perceber o que queria dizer com tais palavras, devido à falta de explicação por parte do Senhor Deputado Manuel Dinis Lousada, não conseguiu perceber qual é a duvida, razão pela qual não iria dizer nada a este respeito. -----

Quanto à questão da Portaria, considerou a intenção boa, referindo que, aquilo que esta casa puder fazer no sentido de contrariar aquilo que são as orientações do ICNB, em matéria de ordenamento do Parque Natural de Montesinho é de louvar. Referiu que, as coisas têm um timing para serem feitas, sendo que, na altura oportuna, ninguém desta casa e desta assembleia, se debateu para que não fosse aprovado o tal Plano de Ordenamento do Parque Natural de Montesinho. Anunciou que foram conseguidas pequenas vitórias, mas não se conseguiu aquilo que exactamente se queria. A Portaria com as novas taxas de aplicação saiu, taxas essas que, a seu ver, são despropositadas em relação aquilo que, é a realidade económica das pessoas que residem na área do parque, e em consequência de negociações com o Ministério do Ambiente a Portaria encontra-se suspensa. -----

Continuou a dizer que, numa altura em que essa suspensão resulta de muitas negociações, não seria de boa fé, agora, e nas costas, aprovar uma moção de revogação da portaria, porquanto afirmou que, ficaram em conjunto de encontrar uma solução, diferente daquela que estava em vigor. -----

Referiu que a Assembleia deve aprovar todas as moções, sendo que, em assuntos que são de amplo consenso como este, deve procurar antes das reuniões da Assembleia, obter o consentimento dos parceiros desta casa para que sejam moções conjuntas, porque desta forma naturalmente terão mais força. -----

Sugeriu que este assunto fosse tratado numa futura reunião, uma vez que neste momento, com o devido respeito, não lhe parece oportuno votar a moção apresentada. -----

O Senhor Presidente da Mesa questionou o Senhor Deputado Manuel Dinis Lousada se a sua opinião iria de encontro à opinião do Senhor Presidente, nomeadamente se a moção passaria a ser entendida como objecto de um consenso alargado, e subscrita por toda a Assembleia, retirando-a de votação no sentido de aguardar uma situação mais favorável. ---

O Senhor Deputado Manuel Dinis Lousada, tomou a palavra e começou por se referir à notícia, questionando o Senhor Presidente da Câmara se este teria lido a notícia do jornal. Citou o título da notícia, referente ao Turismo Rural de Vinhais, para melhor esclarecer o Senhor Presidente. -----

Relativamente à moção, referiu que faz todo o sentido aquilo que o Senhor Presidente referiu, mas nada pode garantir que a Lei não venha a entrar em vigor. -----

A seu ver, é melhor prevenir do que remediar, razão pela qual mantêm a moção. -----

Tendo em conta a vontade do Senhor Deputado Manuel Dinis Lousada o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia colocou a moção a votação, tendo sido reprovada com votos contra por parte da bancada do PS, dois votos a favor e sete abstenções. -----

O Senhor Presidente da Câmara solicitou mais uma vez a palavra, para referir ao Senhor Deputado Manuel Dinis Lousada que as casas de Turismo Rural devem ser casas de luxo, enquanto os bungalows do Parque Biológico são habitações equivalentes às do Parque de Campismo, ou seja, são feitas em madeira, não tem sala-de-estar, não estão dotadas de parabólica, sem telefone, sem o conforto que uma casa de turismo rural lhe possa proporcionar, razão pela qual pratica preços muito mais baixos. -----

Referiu que a questão é outra, ou seja, o serviço que é prestado no Parque de Campismo do Parque Biológico de Vinhais, é um produto de excelência, e as pessoas que vão, gostam de ali permanecer, é natural que as casas de turismo rural possam sentir-se um pouco prejudicadas, mas não têm que se sentir, ou seja, é normal acontecer. -----

O Senhor Deputado Carlos Abel Almendra Frias Vieira tomou a palavra referindo que não ficou bem ao Senhor Presidente da Câmara dizer que os bungalows do Parque Biológico não têm qualidade, porque a seu ver têm qualidade bastante, razão pela qual é reconhecida.

Considerou o problema levantado pelo Senhor Deputado Manuel Dinis Lousada um problema bem levantado, que tem a ver com a falta de coordenação que existe entre a Câmara Municipal e os agentes económicos que estão no terreno, que podem induzir no mercado concorrência desleal, uma vez que se está perante dinheiros públicos, que estão a entrar numa área concorrencial no mercado, sendo isto que tem que ser aligeirado e coordenado, sendo esta a real preocupação do Senhor Deputado e colega Lousada. -----

Referiu que, este problema se reveste de uma maior acutilância, quando existe uma empresa municipal, devidamente direccionada para estas áreas. Desta forma, devem ter sempre em linha de conta, esta orientação, não como uma critica, mas sim, como um contributo para que se consiga fazer uma coordenação entre os agentes económicos privados, que têm que ganhar a sua vida e os preços praticados nos bungalows.-----

Antes de terminar referiu que, sendo um utilizador de bungalows, considerou que em Cerveira e no Gerês, os preços praticados em Vinhais são esmagadores, em termos de concorrência, porque são claramente mais baixos em relação à media que é praticada no mercado nacional. Frisou que a preocupação passa por arranjar maneira de coordenar, não no sentido de por no mesmo patamar, uma vez que não se trata de comparar coisas iguais, mas sim procurar não prejudicar os agentes económicos, uma vez que, a sua bancada, sempre considerou o turismo um ponto forte para ser explorado em Vinhais. -----

Terminou referindo que o Parque Biológico está, a seu ver, a explorar bem o Turismo, mas não se pode asfíxiar o sector privado, justificando-se aqui alguma coordenação. -----

2.4 – TAXA MUNICIPAL DE DIREITO DE PASSAGEM. -----

Foi presente uma proposta do Órgão Executivo, do seguinte teor: -----

“1 – O art.º 106.º da Lei n.º 5/2004, estabelece a existência de uma taxa municipal de direitos de passagem. -----

2 – A referida taxa é determinada com base na aplicação de um percentual sobre a facturação mensal emitida pelas empresas que oferecem redes e serviços de comunicações electrónicas acessíveis ao público, em local fixo, para os clientes finais na área do município. -----

3 – O referido percentual é aprovado anualmente, até ao final do mês de Dezembro do ano anterior a que se destina a sua vigência, e não pode ultrapassar os 0.25%. -----

4 – Tendo em vista o cumprimento de tal normativo, a A.N.M.P., surgiu aos municípios que aplicassem o valor máximo. “ -----

Concedida a palavra ao Senhor Presidente da Câmara, explicou que a fixação desta taxa decorre da aplicação da Lei n.º 5/2004, de dez de Fevereiro. -----

Colocada à apreciação dos Senhores Deputados desta Assembleia, não se verificou a intenção de intervir neste ponto, o Senhor Presidente da Mesa levou a votação a Taxa Municipal de Direito de Passagem, a qual foi aprovada por maioria com uma abstenção, do Senhor Deputado Manuel Dinis Lousada. -----

2.5 – LEI DAS FINANÇAS LOCAIS – ART.º 20.º - PARTICIPAÇÃO VARIÁVEL NO IRS. -----

Foi presente uma proposta da Câmara Municipal, aprovada por unanimidade do teor seguinte: -----

“Para os devidos efeitos tidos por conveniente, informo V.^a Ex.^a que, o Art.º 20.º, da Lei n.º 2/2007, de 15 de Janeiro “Lei das Finanças Locais” prevê no seu n.º 1, que **“os municípios têm direito a uma participação variável no IRS dos sujeitos passivos com domicílio fiscal na respectiva circunscrição territorial, relativa aos rendimentos do ano anterior...”**; -----

Por sua vez, o n.º 2 prevê que **“a participação referida no número anterior depende de deliberação sobre a percentagem de IRS pretendida pelo município, o qual deve ser comunicada por via electrónica pela respectiva Câmara Municipal à Direcção-Geral dos Impostos, até 31 de Dezembro do ano anterior àquele a que respeitam os rendimentos”**; -----

Ainda o n.º 4 vem a dizer que **“caso a percentagem deliberada pelo município seja inferior à taxa máxima definida no n.º 1, o produto da diferença de taxas e a colecta líquida é considerada como dedução à colecta de IRS, a favor do sujeito passivo...”**-----

Neste contexto, 2 hipóteses se colocam: -----

a) o município delibera taxa inferior ao máximo (5%), então a receita será afectada ao município e aos contribuintes (sujeitos passivos); -----

b) o município delibera a taxa máxima, o IRS constituirá, na totalidade, receita do mesmo. -

Mais informo V.^a Ex.^a que no ano anterior, a Câmara Municipal deliberou fixar a percentagem de IRS pretendida pelo Município, em 2,5%. -----

É tudo que me cumpre informar, no entanto, V. Ex.^a decidirá como melhor lhe aprouver.” --

Concedida a palavra ao Senhor Presidente do Órgão Executivo, este explicou o conteúdo da mesma, referindo que é um benefício que a Lei confere à Câmara para dispor em benefício das pessoas que pagam IRS a nível do Concelho de receber parte desse imposto. -----

O Senhor Deputado Manuel Dinis Lousada solicitou a palavra para dizer que a opinião da CDU era que a Câmara optasse pelos 5 %. -----

Seguiu-se o Senhor Deputado Carlos Abel Frias Vieira que não querendo participar no despique entre o Senhor Presidente da Câmara e o Senhor Deputado Manuel Dinis Lousada, no entanto muita coisa em termos de argumentação poderia ser dita. -----

Em relação à proposta em si, e tendo já sido defendido em legislatura anterior, concordava com a proposta. -----

Em relação aos dois e meio por cento do IRS, que no orçamento anterior eram quarenta e oito mil euros, eram supostamente para aplicações de subsídios à natalidade. -----

Da mesma forma que considera que um IRS mais reduzido fixa mais população, também considera que Vinhais padece, e lembrando uma frase de um grande líder do Grupo Parlamentar do PSD, “é muito mau para uma sociedade quando se tem que ampliar cemitérios e fechar escolas”. Concluiu que Vinhais está nesta fase, e nesta fase só se combate com políticas, quebrando o círculo, e o círculo só se consegue quebrar com incentivos de apoio à natalidade. -----

A pergunta como é que vão ou não ser feitas, o PSD lembra que apresentou nesta Assembleia e em Comissão Permanente uma proposta que nunca se veio a concluir. -----
Para terminar deixou a proposta que, o dinheiro que fica com a Câmara, seja dado a esse destino, sendo certo que, a sua bancada irá apresentar essa mesma proposta numa próxima Assembleia, com a convicção de que, o Partido Socialista irá fazer o seu trabalho de casa, e que a Câmara irá colaborar, permitindo assim, uma colaboração activa, com uma boa proposta, para assim fazer uma boa politica de apoio à natalidade no concelho, própria e original. -----

O Senhor Presidente da Câmara tomou novamente a palavra para responder às questões que lhe foram colocadas. Sobre a questão do que são politicas de combate à desertificação, referiu que este é um problema de trezentos e oito municípios, ou seja, não é só um problema de Vinhais, é um problema geral. -----

Referiu que o Senhor Deputado Carlos Abel Almendra Frias Vieira, não tem dúvidas de que, o combate à desertificação se faz através do apoio à natalidade e fixação de pessoas. Quanto à fixação de pessoas, manifestou a sua concordância, mas no que diz respeito ao apoio à natalidade que o Senhor Deputado defende, dando subsídios para que nasçam crianças no concelho, não partilha dessa opinião. Apresentou o seu exemplo para que, melhor pudessem perceber que, pode não ser uma boa medida, porque tem quatro filhos, e não precisou de subsídios para cumprir o seu papel. Considerou que este problema é um problema das cidades modernas. -----

Concluiu que neste momento, ainda não se sente convencido que, um subsídio para cada criança que nasça, tenha grande importância nesta matéria, ou seja, aqui as políticas têm que ser outras, nomeadamente criação de riqueza, quantificação de espaço, criação de investimento, criando condições para que as pessoas se fixem. -----

Referiu que, é apenas uma diferença de opinião, e que louva o Senhor Deputado por se preocupar com este assunto. -----

Ao Senhor Deputado Manuel Dinis Lousada referiu que, lhe falta um pouco de coerência, porque, quando diz que, não concorda que metade do IRS que é pago pelas pessoas do concelho de Vinhais, fique no bolso dessas pessoas, dizendo que deveria ficar tudo para a Câmara, diz isto porque não o afecta, porque reside em Lisboa e paga em Lisboa os seus

impostos, porque se vivesse no concelho e aqui pagasse os seus impostos iria perceber que lhe dava jeito, assim como aquele senhor que se encontra na ponta da sala, quando chega o fim do ano e verifica que lhe são creditados duzentos e tal euros, pensa que é bom viver em Vinhais. -----

A seu ver, estes dois e meio por cento são uma medida correcta e em vez de cem mil euros deveriam ser um milhão. -----

Solicitou a palavra o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Vinhais que iniciou por, cumprimentar todos os presentes, alegando que não pretendia, fazer uso da palavra, mas depois de ouvir a intervenção do Senhor Deputado Manuel Dinis Lousada tomou iniciativa para prestar alguns esclarecimentos. Começou por esclarecer que talvez não está bem esclarecido a forma como é atribuído estes dois e meio por cento para os contribuintes residentes em Vinhais. -----

Considerou que, como funcionário dos impostos, compete à sua pessoa, dar um pequeno esclarecimento a esta Assembleia, desta forma e pegando nas palavras do Senhor Deputado Manuel Lousada, quando diz que os cinco por cento deveriam ser para a Câmara, concluiu que o deputado em causa não sabe de certo como é feita a liquidação do IRS, porque o que acontece neste caso é que, quando se entrega a declaração de IRS, mete-se o código de Vinhais e só esses sujeitos passivos é que vão usufruir dos dois e meio por cento. -----

Solicitou novamente a palavra o Senhor Deputado Manuel Dinis Lousada, que iniciou por referir que dava a mão à palmatória, referindo que o Senhor Presidente da Câmara sabia muito, pois quando se tinha referido à Câmara, queria dizer os contribuintes, não compreende por isso, a razão que levou o Senhor Presidente da Câmara a entender que seria para a Câmara. Embora o tivesse dito, não foi essa a sua intenção. -----

Não havendo mais intervenções foi a proposta colocada a votação, tendo sido aprovada por unanimidade. -----

2.6 – ELEIÇÃO DOS REPRESENTANTES DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA A ASSEMBLEIA INTERMUNICIPAL DA CIM-TM. -----

O Senhor Presidente da Mesa procedeu a uma breve explicação sobre este ponto, referindo que esta votação se faz pelo método de Hondt, ou seja pela representatividade, sendo que neste caso ao PS cabe a nomeação de quatro elementos e ao PSD cabe a nomeação de um elemento. -----

Tendo em conta que se levantaram algumas dúvidas passou a prestar algumas explicações, referindo que a Lei refere que cada Assembleia deve eleger os seus representantes e que o método a optar é o de Hondt. -----

O Senhor Deputado Carlos Abel Almendra Frias Vieira solicitou a palavra para referir que devem ser apresentadas listas do PS e do PSD e depois em função dos votos ser feita essa desagregação, e se eventualmente houver listas mistas, não devem entroncar dizendo que uns são do PS e outros do PSD, porque o PSD pode abrir a sua lista a pessoas de outro partido. -----

Solicitou a palavra o Senhor Deputado Horácio Domingos Afonso, que começou por esclarecer que se estivessem nessa Assembleia eleitas vinte pessoas, pode ser apresentada essa lista, e qualquer outro partido pode apresentar as pessoas que entender, estas são votadas conforme os votos que as listas tiverem, e depois é que se aplica o método de Hondt, concluiu que é esta a sua interpretação, ou seja, não tem que o PS ir buscar deputados ao PSD, nem o PSD ir buscar deputados ao PS, ou a outro partido. -----

Terminou referindo que depois da votação é que o método será aplicado. -----

O Senhor Presidente da Mesa esclareceu mais uma vez que a intenção da Mesa, era de facto tornar este processo mais rápido, contemplando uma lista naturalmente consensual e se a votação correr como é normal, a lista tal como foi dito pelo Senhor Deputado Horácio Domingos Afonso terá a votação que se entender, aplicando o método de Hondt, sendo um processo muito mais rápido, onde o PSD indicava um elemento e o PS indicava os seus quatro elementos, e dito isto concedeu um lapso de tempo, para apresentação das respectivas listas. -----

Decorrido esse tempo, anunciou as duas listas apresentadas pelas bancadas a saber: -----

“Para efeitos da eleição dos representantes da Assembleia Municipal para a Assembleia Intermunicipal da CIM-TM, o grupo parlamentar do PPD/PSD vem apresentar a seguinte lista: -----

Efectivos: -----

- Carlos Abel Almendra Frias Vieira -----
- António Miguel Borges da Silva -----
- Dora Maria Barroso de Sá -----
- Anabela Afonso Doreta -----
- Humberto José Sobrinho Alves -----

Suplentes: -----

- Francisco dos Santos Barroso
- Manuel Gilberto Afonso Louzada. -----

Os representantes do PS com representatividade nesta Assembleia apresentam a lista que se transcreve: -----

“ Para representantes da CIM-TM-----

- Eurico Fernandes Gonçalves -----
- Solange Sofia Aboim Lobo -----
- José Humberto Martins -----
- Manuel Pedro Gama -----
- Artur Jorge Pereira dos Santos Marques -----

Suplentes: -----

- Anabela do Sameiro Diegues da Cruz -----
- Ruben Ramiro Carvalho Gomes de Almeida -----

Seguidamente e por consenso foi denominada a lista do PSD como Lista A, uma vez que foi a primeira a chegar à Mesa e como lista B a lista do PS. -----

Após votação por escrutínio secreto, verificaram-se os seguintes resultados:-----

- Lista A – 7 votos; -----
- Lista B – 18 votos; -----
- Votos brancos – 1. -----

Neste seguimento foram eleitos para representantes da Assembleia Municipal na Assembleia Intermunicipal do CIM-TM, os membros: -----

- Eurico Fernandes Gonçalves -----
- Solange Sofia Aboim Lobo -----
- José Humberto Martins -----
- Manuel Pedro Gama -----
- Carlos Abel Almendra Frias Vieira -----

O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Ervedosa solicitou a palavra e cumprimentando todos os presentes, passou a fazer um pequeno esclarecimento relativamente à votação que, a seu ver, parece lógica. Referiu ainda que quando o voto é secreto, não se deve fazer publicidade. -----

2.7 – ELEIÇÃO DE UM REPRESENTANTE DOS PRESIDENTES DE JUNTA PARA A ASSEMBLEIA DISTRITAL. -----

Neste ponto da Ordem de Trabalhos foram apresentados os seguintes nomes para integrar a proposta, dos representantes das Juntas de Freguesia para a Assembleia Distrital. -----

O Senhor Deputado Carlos Abel Almendra Frias Vieira solicitou a palavra para proceder à defesa de honra, mas esta não foi concedida pelo Senhor Presidente da Mesa, referindo que quem decide se dá ou não a palavra é o Presidente da Mesa, e nesta situação não vê motivos para defesa de honra, porque não houve ataques pessoais. -----

Presidente da Junta de Freguesia de Vinhais – José Henrique Vieira da Silva (efectivo). ---

Presidente da Junta de Freguesia de Rebordelo – Francisco José Nunes Cunha (suplente). --

Procedeu-se à votação, tendo sido aprovada a referida proposta com um voto contra da senhora deputada Dora Maria Barroso de Sá, e duas abstenções. -----

2.8 – ORÇAMENTO E PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS E MAPA DE PESSOAL PARA O ANO DE 2010. -----

Neste ponto da Ordem de Trabalhos, após apresentação do ponto por parte do Senhor Presidente da Câmara, inscreveram-se para debate os Senhores Deputados que a seguir se enumeram:

- Manuel Dinis Lousada; -----
- Carlos Abel Almendra Frias Vieira; -----
- Presidente da Junta de Freguesia de Vinhais; -----
- Horácio Domingos Afonso. -----

O Senhor Deputado Manuel Dinis Lousada proferiu a intervenção do teor seguinte:-----

“Exmo. Senhor -----

Presidente da Assembleia Municipal de Vinhais -----

Exmo. Senhor -----

Presidente da Câmara Municipal de Vinhais -----

Exmos. -----

Membros da Assembleia Municipal -----

Minhas Senhoras e meus Senhores -----

Grandes Opções do Plano e Orçamento/Ano 2010 -----

Orçamento -----

Plano Plurianual de Investimentos -----

Plano de Actividades Municipal -----

Mapa de Pessoal -----

Aproveito para proferir algumas palavras e a posição da CDU sobre as grandes Opções do Plano e o Orçamento do Município para 2010. -----

A maioria PS na Câmara Municipal de Vinhais continua a não ter capacidade de gerar projectos mobilizadores para o concelho, susceptíveis de obterem financiamentos da administração central e dos fundos comunitários, que garantam o desenvolvimento. -----

Ainda recentemente, a 7 de Dezembro, o “Jornal Informativo” referia que, passo citar “Vinhais é o concelho com índice de poder de compra mais baixo do país” e acrescentava “os idosos são os que menos ganham”. O índice de poder de compra dos Vinhaenses é de

45,88% da média nacional, quando o de Lisboa é de 253,78%, muito acima, diria mesmo, escandalosamente da média nacional. A crueza deste número dá bem a ideia das desigualdades existentes no País. -----

A afirmação de Vinhais como um concelho de progresso é constantemente comprometida pelas políticas erradas que tem sido seguidas. -----

Não existem propostas e verbas credíveis para a área da competitividade e, o que existe é mais do mesmo, não passa de novos embrulhos para velhas políticas. -----

Aliás, o município não tem estratégia, acha-a desnecessária, pensa que bastará ir atrás do Governo. -----

A proposta de Plano e Orçamento que hoje estamos a discutir é uma proposta, que fica muito aquém das necessidades do concelho e da sua população. Haverão certamente alguns aspectos positivos mas, globalmente, é pouco ambiciosa. -----

Portanto, minhas senhoras e meus senhores! -----

A nossa posição, relativamente a estes importantes documentos, difere fundamentalmente dos critérios e das prioridades desta maioria. A proposta do executivo enferma de problemas estruturais insanáveis. -----

Defendemos projectos de investimentos mobilizadores, que invertam a tendência de depressão económica, social e cultural que se vem acentuando. Projectos que captem investimentos e criem empregos estáveis e com direitos. -----

Defendemos maiores transferências directas para as freguesias. -----

Defendemos um maior apoio, na base de critérios transparentes e objectivos, para o movimento associativo que garantam a sua autonomia. -----

Defendemos uma maior rentabilização de todos os saneamentos por construir e o tratamento de afluentes das redes de saneamento básico na área rural. -----

Defendemos uma maior rentabilização dos equipamentos sociais e culturais do município. -

Defendemos uma outra política de pessoal, com um melhor aproveitamento dos recursos humanos existentes e, uma outra política salarial e de carreiras. -----

Como é sabido, a actual Lei não nos permite fazer, nesta Assembleia, propostas para o Plano de Orçamento. Se tal fosse possível apresentaríamos à apreciação do órgão deliberativo muitas outras propostas alternativas. -----

Resta-nos portanto, reprovar a nova/velha maioria e a sua falta de ideias e de estratégia para o futuro. -----

Resta-nos votar contra uma proposta que não serve os munícipes e compromete o futuro de vinhais. Vinhais, 23 de Dezembro de 2009. O eleito da CDU, Manuel Dinis Lousada.”-----

Seguiu-se o Senhor Deputado Carlos Abel Almendra Frias Vieira para referir que teve oportunidade de analisar o orçamento e o PPI da Câmara, e por essa razão não concorda completamente com a opinião do Senhor Deputado Manuel Dinis Lousada, porque têm sido feitas coisas boas em Vinhais, têm sido feitos alguns investimentos e apesar disso questiona-se muitas vezes se serão ou não reprodutivos se irão trazer aquelas riqueza que o Senhor Presidente falou momentos antes. Apesar disso, referiu que também comunga de algumas preocupações que o Senhor Deputado Manuel Lousada levantou. Referiu que a sua intervenção tem como objectivo chamar a atenção para duas ou três situações. Sendo que, a primeira, diz respeito à situação da água, que em sua opinião se está a tornar um peso e um fardo elevado para o orçamento camarário, quer ao nível das peritagens técnicas, quer ao nível do custo e também em função aos passivos que têm vindo a ser acumulados. -----

Considerou que devem concertar uma política da água, e rever se vale a pena rever onde estão actualmente inseridos, e se de facto não estarão a pagar demasiadamente caro, um bem que ainda abunda e muito no nosso concelho. Uma outra situação, a seu ver relevante, prende-se com o facto dos gastos inerentes às próprias empresas municipais, realizando as contas, verificou que também as empresas municipais estão a seguir um caminho excessivamente despesista, sendo necessário rever e coordenar bem as políticas, direccionadas acertadamente e controlar os custos. Porque a crise económica ensina que quem tem robustez e política de gestão rigorosa enfrentará melhor situações de crise. -----

Por último referiu-se à abertura de rubricas com duzentos e cinquenta euros, que são para manter abertas, para depois se poder fazer alocações de forma de gestão já em reunião de Câmara. Frisou que houve um projecto apresentado pelo PSD em reunião de Comissão Permanente que inevitavelmente não deu em nada, que era a regulamentação da atribuição de subsídios associações da área do município. Referiu que também aqui é necessário haver um regulamento, que o PSD se comprometeu a apresentar, esperando que o PS faça o seu trabalho de casa, e analise esta situação, para poderem produzir um bom documento. -----

Concluiu que todos os vinhaenses têm esta preocupação, porque sentem que há injustiças em relação a esta questão, ou seja, muitas vezes há pessoas que recebem dinheiro porque são mais amigos, porque têm conhecimentos e conseguem chegar mais longe e depois

acabam por fazer jantares, sendo que socialmente, e desportivamente o concelho não ganha nada. Acontecendo por vezes que ao lado há uma fabrica de uma igreja que talvez tem ideia de revestir os altares e não tem dinheiro porque alguém já o comeu num jantar qualquer. ---

Referiu que a maneira como fala, não é a mesma forma como fez o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Ervedosa que maliciosamente mandou umas atoardas que o Senhor Presidente da Mesa disse, e muito bem, que não ofendeu a honra da sua pessoa, da qual discorda. Por essa razão, legitimou o seu voto alegando que votou em branco e votaria novamente em branco, assim como seu colega Deputado António Miguel Borges da Silva porque não é inequívoco a lista por quem votaram. Referiu não perceber a posição do Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Ervedosa, quando diz que votaram e mostraram, uma vez que todos votaram em cima da mesma urna, onde todos viram em quem votaram. -----

Concluiu que o Senhor Presidente da Junta de Ervedosa perde muitas vezes por não estar calado, porque todos viram em quem votou. -----

Terminou referindo que no fundo esta sua intervenção é apenas uma chamada de atenção, mais do que outra coisa qualquer, e que o Senhor Presidente fará com ela aquilo que bem entender. -----

O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Vinhais tomou a palavra para referir que os próximos anos vão ser anos difíceis porque a crise está instalada. Concluiu sobre as medidas anti-crise que os membros do PSD apresentaram nas reuniões anteriores, que se fosse hoje, aquelas medidas não teriam resolvido nada, assim como não vão resolver no futuro. -----

Fez a distinção de quatro crises, a crise politica que governa sem maioria, dois orçamentos na assembleia da República, o PSD em crise, critica o partido que está no poder, e ainda outra crise social. -----

Dito isto, manifestou intenção de fazer um desafio e uma sugestão, ao Senhor Presidente da Câmara. Referiu que, o concelho tem ainda alguma capacidade empregadora, a maior parte na área da restauração, mecânica, e construção civil, e aquilo que se vê nestas empresas, são funcionários e patrões, sem qualificação alguma. Tudo aquilo que fazem, é aquilo que aprenderam ao longo dos tempos, através da prática, sem que houvesse uma formação teórica, nem nenhuma qualificação que, dê a estes homens qualificação para este efeito. ----

Quanto à desertificação, a seu ver, é muito simples. Não há natalidade e nascimentos de crianças e por isso a desertificação é lógica. Referiu ainda que, os jovens do concelho estudam até ao nono ano, e muitos deles até ao decimo segundo ano, alguns vão para as faculdades tirar cursos que ninguém conhece, porque a maior parte, vem com um diploma de um curso, que não sabe qual a habilitação própria, daquele curso. -----

Referiu sobre esta questão que, a entidade empregadora em Vinhais é a Câmara, batendo à porta do gabinete do Senhor Presidente, todos os dias, vários licenciados, e se o Senhor Presidente lhe perguntar, o que é que eles sabem fazer, referiu ser zero. -----

Acrescentou que, aquilo que é importante, é que os jovens se mantenham com maior qualificação possível. Sugeriu por isso, ao Senhor Presidente, a construção de uma escola profissional, ou uma escola de artes e ofícios, que permitisse aos jovens com o décimo segundo ano, ter uma formação prática, para que, pudessem ser integrados no mercado do trabalho.-----

Referindo-se à questão social disse que, tem a ver com a falta de emprego. Referiu uma notícia que viu na televisão, onde um entrevistado respondeu que, há falta de gente para trabalhar, quando lhe perguntaram se havia falta de emprego, e que isto nunca esteve tão bem, quando lhe perguntaram se isto estava mal. -----

Em sua opinião e não sua lógica, aquilo que se instalou, tem como nome, crise de valores, sendo apenas esta a crise que existe, em que as pessoas estão desmotivadas, porque de facto, o futuro é complicado, cabendo aos autarcas tentar melhorá-lo para que possa ter outro tipo de capacidade, com uma perspectiva diferente. -----

Relativamente ao orçamento, referiu que os próximos quatro anos são muito importantes, por dois motivos, muito simples. Como Presidente de Junta, referiu não acreditar que, daqui por quatro anos, com o novo cartão único o concelho consiga ter os mesmos eleitores, para continuar a ser um Concelho de segunda. -----

Referiu-se ainda ao quadro comunitário, que a seu ver, é importantíssimo significa que, tem que se trabalhar com vocação e com vontade em prol do concelho de Vinhais. -----

Referiu que, as pessoas não estão cá, não sentem os problemas verdadeiros das pessoas, e quem vem de fora, não tem conhecimento, deve-se informar antes de chegar a esta Assembleia. -----

Considerou tratar-se de um orçamento que equilibra as receitas e as despesas, sendo o equilíbrio das despesas de capital o mais importante, existindo aqui dois tipos de despesas,

as despesas de investimento aprovadas por fundos comunitários e as despesas directas. Como Presidente da Junta de Freguesia de Vinhais, e respondendo ao Senhor Deputado Manuel Dinis Lousada referiu que, não é apologista das transferências para as Juntas de Freguesia, porque estas devem ter um fundo de maneo próprio, para poderem subsistir, e é também apologista que, a Câmara deve fazer o maior número de obras, através dos fundos comunitários, porque aqui é que, existe de facto investimento de capital, em dinheiros que possam ser transferidos, não do orçamento directamente da Câmara para as Freguesias, mas sim através de participações. -----

Para terminar referiu que, na sua maneira de ver, a medida anti- crise mais importante, é o investimento, e este deve ser o mais urgente possível, porque não se pode deixar no desemprego, e na falência, a maior parte das empresas, principalmente aquelas na área da construção civil. -----

Concluiu que é preciso investir rapidamente, e que a Câmara de Vinhais tem uma situação financeira desafogada, com um espaço de manobra de endividamento muito grande. -----

Solicitou ao Senhor Presidente para não descorar esta situação, de atacar os processos comunitários, o mais rápido possível, nem que, para isso seja necessário recorrer ao crédito.

O Senhor Deputado Horácio Domingos Afonso solicitou a palavra anunciando que, apenas pretendia dizer duas ou três palavras, sobre o orçamento e o PPI. -----

Começou por referir que, talvez não o deveria dizer, uma vez que talvez o próprio regulamento não o permite, mas apesar disso, referiu que, quando aqui se colocam questões pessoais, é da opinião que, o Senhor Presidente da Assembleia, não o deve permitir, ou seja, não há necessidade para tal, porque a Assembleia fala dos assuntos públicos e no seu entendimento, não é de interesse público, falar de qualquer um dos presentes, razão pela qual, é da opinião que, o Senhor Presidente, e sabendo que este já teve o cuidado, uma vez que viu o seu ar de bondoso, com que concluiu toda a Assembleia, mas tratando-se de uma questão de princípio, não pode ser ultrapassada. Continuou referindo que, para além deste ar de bondoso, há outros tipos de valores que, devem ser tidos em conta, que é o caso da votação secreta, quando estão pessoas em causa, a lei impõe isso, porque existem determinados motivos que não podem ser ultrapassados. -----

Em relação ao orçamento referiu que, é equilibrado, mas aquilo que é importante é a prática, não adiantando muito, estar hoje, com muitas coisas. Respondendo ao Senhor

Deputado Manuel Dinis Lousada referiu, só ter ouvido dizer que, na prática só deveria ter sido transferido mais dinheiro às Juntas de Freguesia, porque todo o resto são coisas teóricas, que poderão ser importantes para o Senhor Deputado mas para aquilo que é prático, não tem interesse, no seu entender. -----

Voltando ao orçamento referiu que, há muito tempo que, se diz que, o concelho de Vinhais, há-de ser desenvolvido, quer pela agricultura, turismo e até artesanato, no seu entendimento, o artesanato não consta no orçamento, referiu desconhecer se, no anterior mandato constavam, porque não fazia parte, sendo certo que o concelho sempre viveu da agricultura, apostando sempre, e a verdade é que está na situação que todos sabem. Quando se aposta no turismo, fala-se em investimento privado e público, mas enquanto não houver investimento público, é evidente que o concelho não avança. O investimento público que se verificou, levou a que os particulares se movimentassem, no sentido de reclamar alguma coisa. Deu os parabéns aos privados, porque não é qualquer pessoa que se aventura e que tenha dinheiro, gastá-lo aqui no concelho de Vinhais. -----

Relativamente à crise, referiu ser da opinião que aquilo que interessa, é dizer aquilo que irão fazer, sendo indiferente que seja o PS a dizer-lo ou o PSD, sendo da opinião que, a Câmara deve continuar a ter claro aquilo que vai fazer, e as obras devem visar objectivos, de desenvolvimento sustentado, e a mais longo prazo. Referiu a necessidade de se trabalhar, e que as obras continuem ao ritmo que vinham a ser feitas, porque é a partir daqui que o emprego surge. Dando emprego não se chegará a sentir os efeitos nefastos da crise, que o país está a passar. -----

Relativamente às obras, considerou que, há-de haver empresas que, não serão todas do concelho, porque não será possível, sendo que, as empresas do concelho, devem elas próprias, criar competências que sejam competitivas, para elas próprias ganharem os próprios concursos. Se vierem outras empresas de fora, também deixam cá dinheiro, e algumas dívidas pelas pensões. Alertou para ter cuidado com este tipo de problema. -----

Concluiu, mais uma vez que, a Câmara deve investir em obras, dar trabalho, para que o concelho desenvolva. Considerou que, as obras previstas estão dentro de uma perspectiva mais global, de algo sustentada, mas não confirma que, esta medida, irá resolver definitivamente os problemas, porque a situação para o país é crítica, por essa razão todos os partidos representados nesta Assembleia, devem dizer em concreto, quais são as suas propostas, deitar mãos ao trabalho, porque só assim teremos um concelho melhor. -----

O Senhor Presidente da Mesa alertou o Senhor Deputado para a questão do tempo. Surpreendido com o tempo dispendido, o Senhor Deputado Horácio Domingos Afonso deu por terminada a sua intervenção. -----

Terminadas as intervenções, o Senhor Presidente da Câmara tomou a palavra para dar resposta às questões que lhe foram colocadas. -----

Começou por dar os parabéns ao Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Vinhais e Rebordelo, por terem agora o cargo uma nova tarefa de representarem os colegas na Assembleia Distrital, formulando votos que o façam com toda a dedicação. -----

Ao Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Vinhais, agradeceu o contributo prestado, e deu também os parabéns pelo estudo que fez ao orçamento e ao PPI, pelas preocupações e considerações que fez. -----

Da mesma forma agradeceu ao Senhor Deputado Horácio Domingos Afonso com um reparo à intervenção que o Senhor Deputado acabou de proferir, nomeadamente, na parte em que diz que, este orçamento não iria resolver os problemas do concelho, alegando que, nem este, nem nenhum orçamento resolverá os problemas, porque no dia em que, o orçamento resolver os problemas do concelho, todos poderão ir para casa, porque em política vai-se andando, vai-se corrigindo. O que importa é que, quem governe, tenha em mente, que o faz, para proporcionar melhores condições de vida às pessoas. -----

Concluiu que, tudo se resume a isto. Ser político é criar melhores condições de vida às pessoas, residentes e aos não-residentes. -----

Ao Senhor Deputado Manuel Dinis Lousada perguntou quantos são na bancada da CDU, porque ouviu dizer o Senhor Deputado, numa intervenção anterior “Nós, a bancada da CDU!” -----

Esclareceu que não é uma bancada, não deve falar no plural, porque não há mais pessoas para além do Senhor Deputado. -----

Referiu que, esta sua observação se prende, com o facto de na votação anterior, aquando da escolha dos representantes da CIM, se soubesse, e se os seus companheiros soubessem que, existia uma bancada da CDU, poderiam até ter feito a troca com os parceiros do PSD, uma vez que não quiseram aceitar a proposta. -----

Referiu também que, ouviu as palavras do Senhor Deputado com muita atenção, e disse que, com toda a franqueza, e toda a educação, iria dizer que o discurso que acabou de ouvir,

já o ouviu cerca de cinco vezes, porque é o mesmo de há cinco anos atrás. Adiantou que, se todos estiverem com atenção para o ano, irão ouvir a mesma coisa. Considerou com todo o carinho, que era o discurso da cassette Cunhal, cassette Carvalhas, e agora cassette Lousada.

Concluiu ser isto, aquilo que o país está habituado, e que nunca o partido comunista, no país, ajudou a governar, porque sabe que no dia em que o fizer, perde votos e desaparece. -

Antes de terminar, voltou a referir que, irá continuar a ouvir o senhor deputado com muita atenção, e questionou o senhor deputado se sabe responder quanto é que está no orçamento para as Juntas de Freguesia. Desafiou o senhor deputado a responder a esta questão, alegando que, sabe que o Senhor Deputado não saberá responder, e em vez disso, vem dizer que é preciso transferir mais dinheiro para as Juntas de Freguesia. -----

Concluiu que o discurso será sempre o mesmo, e tem as suas dúvidas se irá acertar com a página. -----

Relativamente à questão do Jornal, referiu que, adivinhou o pensamento de alguns senhores deputados porque o Jornal, que foi referido sobre o índice de poder de compra, foi trazido por si, para poder explicar melhor. Esclareceu que, quando se referiu a alguns Senhores, estava a referir-se à expressão utilizada pelo Senhor Deputado Manuel Dinis Lousada quando disse “Nós, a bancada!”. -----

Aquilo que os Jornais trazem para a opinião pública, é aquilo que os Jornais trazem para vender papel. Neste âmbito, esclareceu que, o título do Jornal, refere que em Vinhais, o poder de compra, está de acordo com aquilo que o senhor deputado acabou de dizer, mas o mesmo jornal traz também, uma reportagem feita em Vila Verde, de uma Senhora que vive muito mal, com uma reforma de França, um tractor, nove vacas, ovelhas, e uns dinheirinhos no banco. Concluiu sobre esta questão que, muita gente de Lisboa, gostaria de estar no lugar desta Senhora. -----

Relativamente à notícia que o Senhor Deputado levantou, referiu que os seus colaboradores estão devidamente informados, com os meios necessários, e na internet conseguiram aceder a um estudo do INE, que dizia que o poder de compra dos Vinhaenses, estava na cauda. Esse estudo dizia também que, esses estudos se baseavam nos levantamentos de dinheiro nas caixas automáticas. Dito isto, referiu que, nunca a sua mãe andou com cartão multibanco no bolso. -----

Acrescentou ainda que, este estudo para quem o leu, diz outra coisa muito importante, que passou a citar: “que concerne ao factor dinamismo relativo FDR, nos últimos quatro anos, o

estudo revela que o concelho de Vinhais está acima da média nacional”. Na sua opinião, isto significa que existe grande actividade em termos turísticos, mas os Jornais não o disseram, e o senhor deputado também não o disse. -----

Ao Senhor Deputado Carlos Abel Frias Almendra Frias Vieira referiu, comungar da mesma opinião em relação à água, mas não concorda quando disse que, só agora o Senhor Presidente acordou para esta história, porque há muito tempo que está acordado, relativamente a este assunto. -----

Explicou que as autarquias não vivem num mundo isolado, e que, fazem parte da Comunidade Intermunicipal e das Associações, e que sendo o Deputado um economista, sabe por isso que, o factor escala, é importante em qualquer sistema, mesmo num sistema público. -----

Antes de terminar, referiu estar perfeitamente de acordo que, o sistema de gestão das águas não é melhor, para não dizer desastroso, mas é muito bom para outros concelhos. Quando Vinhais aceitou fazer parte deste conjunto, encabeçado pelas Aguas de Trás-os-Montes e Alto Douro, não estava preparado para subscrever esse protocolo, tendo nessa altura também votado favoravelmente, mas confessou que não estava devidamente informado, apenas recebeu indicações, do seu presidente, de que, poderiam votar favoravelmente, não tendo votado nunca contra, nenhuma proposta que este tivesse apresentado. Confessou que, se sente um bocado arrependido, e que hoje é fácil criticar o problema, mas na altura foi difícil, pelo que hoje se encontram a tentar corrigir esse erro. -----

Quanto às empresas municipais referiu que, não pode aceitar uma critica de despesismo, nem tão pouco que a comparticipação da Câmara nas despesas municipais é da forma que acabou de ouvir, apesar de não terem sido dito números. Passou a explicar que, a ProRuris tem este ano um orçamento de novecentos mil euros, sendo a transferência da Câmara de cento e trinta e cinco mil euros, uma ninharia a seu ver, tendo em conta os serviços que estão a prestar. As Associações de Desenvolvimento Local, nomeadamente os ADS`s estão todos tecnicamente falidas, porque o estado ao longo dos anos deu subsídios para se organizarem e aos poucos foi reduzindo esses subsídios. O Estado estava convencido que, as organizações conseguiam gerar riqueza para se aguentarem, e o que se passou é que, os seus gestores fizeram o melhor que sabiam, e não conseguiram gerar riqueza, e à medida que o subsidio do estado foi faltando, a situação foi piorando, se não fosse a ProRuris as pessoas que estavam no ADS e que foram transferidas para a ProRuris estavam no

desemprego. Referir não ter dúvidas nenhuma, daquilo que acabou de dizer, assim como não tem dúvidas que, estão a prestar um bom serviço aos agricultores. Em contrapartida deste serviço, a Câmara paga cento e trinta e cinco mil euros, que a seu ver é uma situação justa. -----

Relativamente à Turimontesinho, referiu que, tem como Presidente de Administração, o Senhor Dr. Roberto Carlos de Morais Afonso, um jovem interessado, preocupado e competente. Esta empresa tem para este ano um orçamento de setecentos e quarenta mil euros e a Câmara vai transferir para a empresa quatrocentos mil euros que, irá ser gasto com a alimentação dos animais do Parque Biológico, os funcionários todos do Parque, pagamento do gás das piscinas cobertas, despesas de complexos de futebol, ou seja, tudo aquilo, excepto o Parque Biológico, são despesas que já existiam, sendo que agora foram transferidas para a empresa municipal. Sendo a despesa do Parque Biológico uma despesa nova, porque é um serviço novo, se não fosse incluída na Turimontesinho teria que ser suportada pela Câmara Municipal. Referiu ainda que, os funcionários da Turimontesinho ganham menos que os funcionários da Câmara, e que as receitas das piscinas descobertas, desde que passaram para a empresa municipal, aumentaram substancialmente, ou seja, gasta-se menos com os equipamentos, desde que estão a ser geridos pelas empresas municipais, do que se gastava antes. Solicitou ao senhor deputado o favor de pedir estes dados à contabilidade da Câmara, garantindo que estes são altamente positivos. Referiu ainda que, algumas atitudes fortes que tem na Câmara, é quando vê algum centímo mal gasto, reconhece que existem pessoas que não concordam, com algumas opções que a Câmara toma, como por exemplo a opção de trazer “Tony Carreira” a Vinhais. Concluiu que, estas situações são opções, sendo que, em termos de despesismo, não existe nos moldes em que o senhor deputado pensa que existe. -----

Para terminar referiu que, compreende a preocupação do Senhor Deputado, porque as empresas municipais infelizmente não têm a melhor cotação, mas também à grandes empresas municipais a funcionar muito bem no país, como por exemplo os transportes públicos e recolha de lixo do Porto e Lisboa, assim como a Resíduos do Nordeste que é uma empresa intermunicipal. Considerou que infelizmente existe uma ou outra que mancha o bom-nome das empresas municipais. -----

Terminou agradecendo a todos as questões colocadas. -----

Terminada a intervenção do Senhor Presidente o Senhor Deputado Carlos Abel Almendra Frias Vieira tomou a palavra para de forma breve se referir às questões do protocolo, relembrando que na altura o PSD votou contra alertando para os custos sociais que isto iria acarretar. Relativamente esta questão referiu que, o Senhor Presidente mudou de opinião, e em relação às empresas municipais referiu que, numa outra sessão estará presente devidamente munido, com a acta dessa Assembleia, para confrontar o Senhor Presidente. -- Referiu que tem um conceito diferente de empresas municipais, porque considera excessiva a existência de duas empresas municipais, uma vez que uma apenas, faria o papel muito bem. Relativamente às Águas considerou que, poderiam passar para a administração de uma das empresas municipais, sendo opiniões muito próprias. -----

Relativamente aquilo que o trouxe a esta Assembleia, referiu ter gostado e apreciado a intervenção do Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Vinhais e do Senhor Deputado Horácio Domingos Afonso. -----

Relativamente à escola profissional, referiu que tem sido uma promessa do PSD pelo menos de três eleições atrás, presumiu, que talvez também foi comungada num programa eleitoral do PS. -----

Questionou se o Senhor Vereador Roberto Carlos de Moraes Afonso ainda mantinha o pelouro da educação, no sentido de ver, se ainda existem as iniciativas locais, ao longo da vida, patrocinadas pela Universidade Aberta e que dá equivalência ao décimo segundo ano, funcionando numa base protocolar, dando para adaptar em função da realidade do concelho, diversos tipos de formação. -----

Solicitou ao Senhor Vereador o favor de ver, adiantando que dá pelo nome de “ALV”, uma vez que é uma aprendizagem interessante, e vai de encontro aquilo que o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Vinhais referiu, numa intervenção anterior. -----

Em relação à intervenção do Senhor Deputado Horácio Domingos Afonso referiu concordar com ela, e sendo jurídica, deve ser acatada, referiu que, para salvaguardar quem vota, e quem é eleito, deve ser sempre de forma confidencial. Relembrou que, aquilo que se passou, foi que ultrapassaram tudo isto, para aligeirar, e que talvez conseguiram fazer uma simbiose entre aligeiramento e bondade, e aquilo que seria o regulamento e o formal. -----

A título de remate final, referiu que, nesta Assembleia e não menosprezando quem por cá passou, se fez uma simbiose muito boa, entre pessoas que vieram de novo, e pessoas que já tinham estado, independentemente dos partidos em que estiveram. Relembrou o Senhor

Deputado Capitão Humberto José Sobrinho Alves que inclusivamente pertenceu ao executivo camarário durante catorze anos, também o Senhor Manuel Pedro Gama, o Senhor Dr. Horácio Domingos Afonso, o Senhor Dr. José Humberto Martins, o Senhor Dr. José Paulino Castanheira, e tantos outros que, no fundo são sonhadores de Vinhais. -----

Para terminar referiu que, esta Assembleia exige que, estas pessoas comecem a participar mais activamente, e que esta sua provocação é claramente instigada, pelo facto de ter gostado e apreciado a intervenção do Senhor Deputado Horácio Domingos Afonso. -----

Em relação ao Senhor Presidente da Câmara, colocou uma última questão que, gostaria de ver respondida com sinceridade, uma vez que toda a gente falou do controle das finanças do município, questionou se irá haver necessidade ou se vislumbra haver necessidade no decurso do próximo ano económico, se recorrer a terceiros para financiar a Câmara, aquilo a que vulgarmente se chama empréstimos bancários, ou seja, se em função do plano e do orçamento vai ter necessidade de fazer um empréstimo bancário. -----

O Senhor Deputado Manuel Dinis Lousada pediu mais uma vez a palavra para referir que, não é uma pessoa formada, mas acredita que o Senhor Presidente é capaz de entender que, o único Deputado que existe é somente o Deputado Manuel Dinis Lousada. -----

Quanto às transferências para as Juntas de Freguesia referiu que são seiscentos e cinquenta mil euros, agradeceu ao Senhor Presidente o facto de ter enviado antecipadamente o orçamento, e em relação às contas considerou que, estão na sua opinião, certinhas de mais.

Frisou que, ao contrário do que foi dito, leu com atenção as contas, e aconselhou o Senhor Presidente a ler as actas de há oito anos atrás, para verificar que a cassete não é sempre a mesma. Referiu ainda que, só não apresenta propostas porque, infelizmente, não está na vereação, porque se estivesse teria apresentado propostas de acordo com a intervenção que fez. Adiantou que no orçamento vem a construção do pavilhão gimnodesportivo que vem a reivindicar desde mil novecentos e setenta e cinco. -----

Não se verificaram mais pedidos de intervenções, e antes de passar à votação do ponto em discussão, o Senhor Presidente da Câmara tomou a palavra para de uma forma breve dar resposta às questões colocadas. Começou por agradecer as intervenções e as observações, e relativamente à única questão que foi colocada pelo Senhor Deputado Carlos Abel Almendra Frias Vieira, sobre se a Câmara irá ou não contrair um empréstimo bancário, para

financiamento durante o próximo ano económico. Relembrou que ao longo do mandato anterior disse várias vezes que, não era um compromisso, mas era um compromisso de consciência, fazer um mandato sem recorrer a empréstimos. Referiu ter pena de nenhum dos senhores, ter lido os números constantes da tabela dos documentos que lhe foram enviados, para ver a situação financeira do município. Concluiu que é algo que todos se devem orgulhar, porque foi cumprido o objectivo de não contrair empréstimos. Estão neste momento, a estudar essa possibilidade, sendo que no dia que tiver que ser tornado público, será comunicado. -----

Relembrou também que, já tinha dito uma vez que, não via com maus olhos a contracção de empréstimos quando se destina a investimento. -----

Terminada a intervenção do Senhor Presidente da Câmara foi colocado à votação o Orçamento e o Plano Plurianual de Investimentos e Mapa de Pessoal para o ano de 2010, tendo sido aprovados por maioria, com sete abstenções. Mais foi aprovado autorizar a repartição de encargos dos projectos inscritos em anos futuros. -----

Terminada a votação o Senhor Deputado Humberto José Sobrinho Alves solicitou a palavra, para fazer declaração de voto, alegando que, depois de estudar o orçamento chegou à conclusão que, à semelhança dos quatro anos anteriores, não há uma única obra que se possa chamar estruturante, chafaricas, mais uma trabalho para ali, mais um candeeiro para acolá, consubstanciando uma certa pirueta política. Referiu que, se absteve porque o Plano não contempla a freguesia de Celas com dinheiros substanciais para levar a efeito obras que considera urgentes e por demais necessárias. -----

3- PERÍODO RESERVADO AO PÚBLICO.

Neste período, ninguém do público manifestou intenção de intervir. -----

E, nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente da Mesa declarou encerrada a reunião, cerca das dezassete horas e quarenta minutos, da qual, para constar, se lavrou a presente acta.